vo em matéria de suas atribuições, DECIDE, à unanimidade, que, quando o objeto do Procedimento Preparatório ou do Inquérito Civil corresponder, de fato, a objeto de Procedimento Administrativo, não será competência do Conselho Superior do Ministério Público homologar a sua promoção de arquivamento e será recebido pelo Colegiado apenas para ciência, nos termos do art. 12, da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público c/c art. 36 da Resolução n.º 007/2019, do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos retornarem para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, com as devidas retificações na capa do procedimento, nos registros de PORTARIA e no sistema de informações.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Belém, em ____ de _____ de 2021.

3. Julgamento de Certames:

3.1. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 6º PJ Criminal de Marituba, Edital n.º 34/2021, Gedoc n.º 112.833/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os requisitos previstos no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006:

CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA
PAULA CAROLINE NUNES MACHADO
PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR
HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA
ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO
LILIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
SULDBLANO OLIVEIRA GOMES
JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR
JOSE ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR
JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO NOBRE
GRACE KANEMITSU PARENTE
ALAN PIERRE CHAVES ROCHA
DANIEL BRAGA BONA
RODRIGO AQUINO SILVA

LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição dos candidatos FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA e DIEGO LIBARDI RODRIGUES, por terem sido removidos nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição, nos termos do art. 89, inciso VIII, da LCE n.º 057/2006.

Os candidatos ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA, MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA, ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR, DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO, MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO e JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO, tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos DANYLLO POMPEU COLARES, ERICA ALMEIDA DE SOUSA, MÁRCIO LEAL DIAS e MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça RODRIGO AQUINO SILVA, que ocupa a 54ª (quinquagésima quarta) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 6º PJ CRIMINAL DE MARITUBA em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.2. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Tailândia, Edital n.º 35/2021, Gedoc n.º 112.831/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os requisitos previstos no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006:

SULDBLANO OLIVEIRA GOMES
ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA
LUIZ DA SILVA SOUZA
LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição dos candidatos NAYARA SANTOS NEGRÃO e HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA, por terem sido removidos nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição, nos termos do art. 89, inciso VIII, da LCE n.º 057/2006.

Os candidatos ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA, DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO e PEDRO RENAN CAJADO BRASIL, tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos GRACE KANEMITSU PARENTE e DIEGO LIBARDI RODRIGUES desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA, que ocupa a 114ª (centésima décima quarta) posição na lista de antiguidade da 2ª

entrância, para remoção ao cargo de 1º PJ DE TAILÂNDIA em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.3. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 12º PJ Agrário de Marabá, Edital n.º 36/2021, Gedoc n.º 112.849/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição das candidatas DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA e MARIANA SOUSA CAVALLEIRO DE MACEDO DANTAS, por preencherem os requisitos previstos no art. 89, inciso VIII e art. 225, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006 e INDEFERIU a inscrição dos candidatos LUIZ DA SILVA SOUZA e LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, por não preencherem o requisito previsto no art. 225, § 2º, da LCE n.º 057, de 06.07.2006.

Os candidatos ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA, RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO, ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR, DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO e ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA, tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

A candidata GRACE KANEMITSU PARENTE desistiu de participar do certame. O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça MARIANA SOUSA CAVALLEIRO DE MACEDO DANTAS, que ocupa a 113ª (centésima décima terceira) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 12º PJ AGRÁRIO DE MARABÁ em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.4. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Monte Alegre, Edital n.º 37/2021, Gedoc n.º 112.840/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição do candidato RAFAEL TREVISAN DAL BEM, por ser candidato único, mesmo sem preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006.

O candidato PEDRO RENAN CAJADO BRASIL teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP. Os candidatos DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO e DIEGO LIBARDI RODRIGUES desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça RAFAEL TREVISAN DAL BEM, que ocupa a 130ª (centésima trigésima) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 2º PJ DE MONTE ALEGRE em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.5. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Moca-juba, Edital n.º 38/2021, Gedoc n.º 112.836/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição do candidato DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR, por ser candidato único, mesmo sem preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006:

A candidata CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos THIAGO RIBEIRO SANANDRES, CARLOS FERNANDO CRUZ DA SILVA e GERSON ALBERTO DE FRANÇA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR, que ocupa a 59ª (quinquagésima nona) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância,

para remoção ao cargo de PJ DE MOCAJUBA, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.6. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Bujaru, Edital n.º 39/2021, Gedoc n.º 112.850/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os requisitos previstos no art. 89, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006:

LÍVIA TRIPAC MILEO CÂMARA
LUCIANA VASCONCELOS MAZZA
ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição dos candidatos DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR e PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE, por não preencherem o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006.

Os candidatos CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO, THIAGO RIBEIRO